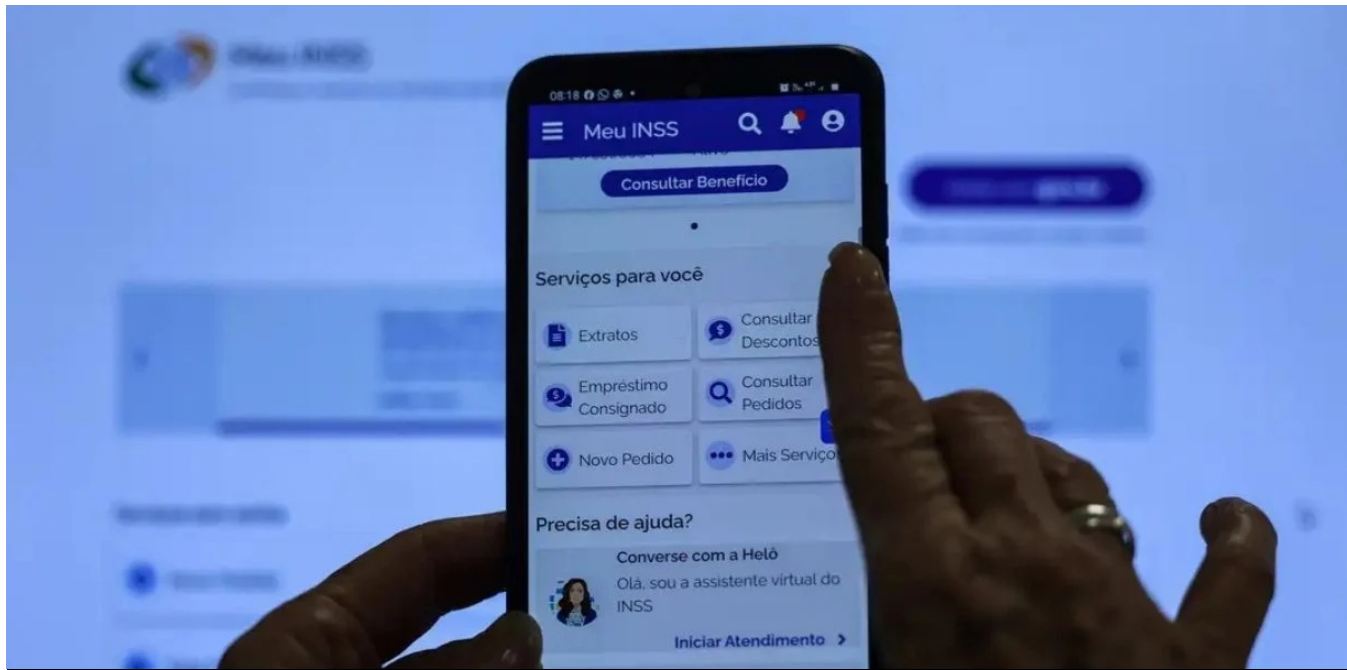




QUINTA - FEIRA - 27 DE AGOSTO DE 2026 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



A POLÍCIA FEDERAL DEFLAGROU NESTA TERÇA-FEIRA (25) UMA OPERAÇÃO PARA DESARTICULAR UMA ORGANIZAÇÃO SUSPEITA DE FRAUDAR BENEFÍCIOS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) EM MINAS GERAIS E NO ESPÍRITO SANTO. BATIZADA DE OPERAÇÃO LESTE DO ESPINHAÇO, A AÇÃO INVESTIGA UM ESQUEMA QUE TERIA PROVOCADO PREJUÍZO SUPERIOR A R\$ 86 MILHÕES AOS COFRES PÚBLICOS.

1º EXPOEDUCA

**Encontro das Nações
Conhecendo Culturas
Celebrando a Diversidade**

A **Prefeitura de Mantena** por meio da **Secretaria de Educação**, juntamente com a **Secretaria de Cultura e Turismo** tem a honra de convidá-los para esse evento em comemoração ao dia da **Independência do Brasil**.

Cada cultura é história, cada nação uma descoberta e cada estudante um protagonista dessa grande viagem pelo conhecimento.

07 de Setembro, a partir das 17h
Praça Edite Trindade



A AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) CANCELOU O REGISTRO CONDICIONAL DO ELEVIDYS, TERAPIA GÊNICA UTILIZADA NO TRATAMENTO DA DISTROFIA MUSCULAR DE DUCHENNE (DMD), UMA DOENÇA GENÉTICA RARA QUE PROVOCA PERDA PROGRESSIVA DA FORÇA MUSCULAR. A DECISÃO FOI PUBLICADA NA SEGUNDA-FEIRA (24) E OCORREU A PEDIDO DA PRÓPRIA FABRICANTE, A ROCHE.



QUEM FOR VOTAR PARA O SENADO NAS ELEIÇÕES 2026 PODERÁ ENCONTRAR UMA DIFERENÇA EM RELAÇÃO A PLEITOS ANTERIORES: A URNA ELETRÔNICA EXIBIRÁ TRÊS FOTOS DURANTE CADA VOTO PARA SENADOR. A MUDANÇA ESTÁ RELACIONADA À FORMA COMO AS CANDIDATURAS AO SENADO SÃO APRESENTADAS AO ELEITOR.

**Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!**

Atendimento de Segunda a Sábado!
VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

CGU CONCLUI INSPEÇÃO DOS CÓDIGOS-FONTE DOS SISTEMAS ELEITORAIS PARA AS ELEIÇÕES 2026

O governo federal regulamentou a distribuição de R\$ 13,5 bilhões em linhas de crédito do Plano Brasil Soberano para empresas brasileiras prejudicadas pelo aumento das tarifas dos Estados Unidos e pelos efeitos econômicos provocados por conflitos internacionais. As regras foram publicadas no Diário Oficial da União e detalham como os recursos serão direcionados. Do total, R\$ 5 bilhões serão destinados a exportadores e fornecedores afetados diretamente pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos. Outros R\$ 3,5 bilhões serão direcionados a empresas que exportam para países do Golfo Pérsico, região impactada pelas tensões e conflitos no Oriente Médio. O restante dos recursos será dividido entre setores considerados estratégicos para a economia brasileira. Serão R\$ 2 bilhões para empresas ligadas à produção de adubos, fertilizantes e seus intermediários; outros R\$ 2 bilhões para atividades industriais e tecnológicas relacionadas a minerais críticos e estratégicos; e R\$ 1 bilhão para empresas de segmentos industriais considerados relevantes para o comércio exterior. Quem poderá acessar As linhas de financiamento poderão atender empresas, cooperativas e associações exportadoras, além de fornecedores dessas cadeias produtivas.



Também estão incluídos produtores e exportadores dos setores de agricultura, pecuária, florestas plantadas, pesca e aquicultura, empresas ligadas à mineração e indústrias consideradas estratégicas. O programa não ficará limitado às companhias que vendem diretamente para o exterior. Fornecedores que integram cadeias produtivas afetadas também poderão solicitar os recursos, desde que atendam aos critérios estabelecidos. Recursos poderão financiar investimentos O dinheiro poderá ser utilizado para diferentes necessidades empresariais, incluindo capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, investimentos produtivos, ampliação da capacidade de produção e adaptação de produtos e processos. Também estão previstas operações voltadas à inovação

tecnológica e à busca de novos mercados, permitindo que empresas afetadas pelas mudanças no comércio internacional tenham condições de reorganizar suas atividades e reduzir a dependência de determinados mercados. BNDES acompanhará operações O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será responsável pelo acompanhamento das operações. A instituição deverá encaminhar mensalmente ao Conselho Interministerial do Plano Brasil Soberano informações sobre os financiamentos aprovados, contratados e os valores efetivamente liberados. A distribuição dos recursos ainda poderá ser modificada. As regras permitem que o Conselho Interministerial altere a destinação dos valores de acordo com a execução do programa e as prioridades definidas pelo governo. A iniciativa faz parte de uma estratégia para oferecer fôlego financeiro às empresas diante de um cenário internacional marcado por barreiras comerciais, conflitos e instabilidade nas cadeias de produção e comércio. O pacote mais amplo do Brasil Soberano prevê R\$ 18,5 bilhões, sendo R\$ 13,5 bilhões do Tesouro Nacional e R\$ 5 bilhões do BNDES. Fonte: Folha Vitória e Agência Brasil.

VIANA FIRMA ACORDO COM MPES PARA REDUZIR RISCOS DE ALAGAMENTOS E DESLIZAMENTOS

A Prefeitura de Viana firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) para ampliar as ações de prevenção e enfrentamento de riscos de alagamentos, deslizamentos e outros eventos geológicos e hidrológicos no município. O acordo determina que a administração municipal apresente, no prazo de até 180 dias, um plano específico de ações e intervenções para cada uma das áreas classificadas como de risco. A iniciativa busca estabelecer medidas capazes de reduzir ou, quando possível, eliminar as situações que ameaçam moradores. O TAC foi firmado após a Promotoria de Justiça de Viana ajuizar 17 Ações Cíveis Públicas relacionadas aos riscos existentes no município. De acordo com o MPES, as ações foram acolhidas em primeira instância. Posteriormente, algumas decisões foram modificadas em segunda instância apenas para ampliar os prazos destinados ao cumprimento das determinações. O levantamento utilizado como referência no acordo foi realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), em 2025. O estudo identificou 35 setores urbanos classificados como de alto risco, com possibilidade de ocorrência de

inundações, deslizamentos de massa, rolamento de blocos rochosos e movimentos de rastejo. Segundo os dados do levantamento, aproximadamente 4.615 pessoas podem estar expostas aos riscos identificados. As áreas estão distribuídas por bairros como Campo Verde, Nova Bethânia, Areinha, Vila Bethânia, Marcílio de Noronha, Canaã, Universal, Ipanema, Ribeira, Peróbas, Centro, Nova Viana, Santo Agostinho, Nova Belém, Bom Pastor, Vila Nova e Vale do Sol. O acordo prevê uma abordagem ampla, reunindo medidas estruturais e preventivas, além de ações técnicas, sociais, educativas e administrativas. A intenção é integrar diferentes frentes de atuação para diminuir a vulnerabilidade das comunidades localizadas nas áreas mapeadas. Entre os pontos de maior atenção está o setor localizado no bairro Santo Agostinho, onde o levantamento aponta uma área de alto risco de inundação com aproximadamente 637 domicílios e 1.261 pessoas potencialmente expostas. Outro setor relevante fica em Universal, também classificado como de alto risco de inundação. A Prefeitura informou

que já trabalha na elaboração do Plano de Ações e Intervenções para as áreas apontadas pelo mapeamento de 2025 e deverá apresentar o documento dentro do prazo estabelecido no TAC. O acordo também estabelece consequências em caso de descumprimento. A Prefeitura poderá ser submetida a multa diária e por item não cumprido no valor de R\$ 5 mil, com os recursos posteriormente destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Viana. A medida representa uma tentativa de transformar o diagnóstico das áreas vulneráveis em ações concretas de prevenção, especialmente diante dos impactos que períodos de chuvas intensas podem provocar em regiões sujeitas a enchentes e movimentos de terra.



CARGA DE R\$ 1,5 MILHÃO COM CANETAS EMAGRECEDORAS, CELULARES E PERFUMES É APREENDIDA EM VIANA

Uma carga de mercadorias avaliada em aproximadamente R\$ 1,5 milhão foi apreendida durante uma abordagem na BR-262, em Viana, na Grande Vitória. A ação fez parte da segunda edição da Operação Redecarga, iniciativa voltada ao combate ao comércio clandestino e à atuação de grupos envolvidos com roubos de cargas. Entre os produtos encontrados no caminhão estavam celulares, equipamentos eletrônicos, câmeras, perfumes, bebidas e canetas utilizadas para emagrecimento. Segundo as autoridades, as mercadorias teriam como destino o mercado clandestino e seriam comercializadas de maneira irregular. A operação foi realizada em todo o país entre 27 de julho e 7 de agosto. No Espírito Santo, oito pessoas foram presas e dez foram indiciadas. Durante as ações no Estado, mais de 1.700 veículos foram abordados, enquanto o valor total das mercadorias apreendidas chegou a aproximadamente R\$ 2,8 milhões. Canetas emagrecedoras preocupam autoridades. Além da questão tributária e comercial, a apreensão chamou atenção para um possível risco à saúde pública envolvendo as canetas emagrecedoras. De acordo com a Alfândega do Porto de Vitória, produtos



desse tipo encontrados em cargas irregulares costumam ter origem no Paraguai e podem ser transportados sem condições adequadas de refrigeração. Também podem não possuir a devida homologação da Anvisa, o que impede a garantia sobre sua procedência, composição e conservação. As autoridades alertam que a utilização de medicamentos sem procedência conhecida pode representar riscos ao consumidor, especialmente porque não há segurança sobre as condições em que o produto foi armazenado ou sobre sua autenticidade. Combate ao comércio clandestino. A Operação Redecarga também tem como objetivo combater a comercialização ilegal de produtos, atividade que, segundo as autoridades, provoca concorrência desleal e prejuízos à arrecadação de impostos. Os

investigadores também apuram possíveis casos de falsos acidentes e saques de cargas, buscando identificar e desarticular grupos especializados nesse tipo de crime. No primeiro semestre de 2026, o Espírito Santo registrou cinco ocorrências de roubo de carga, enquanto em todo o país foram contabilizados mais de 3.800 casos no mesmo período. Apesar disso, a polícia considera o Estado uma região com índices relativamente baixos desse tipo de crime quando comparada a estados vizinhos. A segunda fase da operação também resultou no indiciamento de dez pessoas suspeitas de envolvimento direto com roubos de cargas no Espírito Santo. As investigações continuam para identificar outros integrantes das organizações criminosas e esclarecer a origem e o destino das mercadorias apreendidas. A primeira etapa da Operação Redecarga havia sido realizada em março, quando seis pessoas foram presas, oito mandados de busca foram cumpridos e mais de 500 produtos foram recuperados. Fonte: Folha Vitória, com informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) e órgãos envolvidos na Operação Redecarga.

INSS LIBERA CONSIGNADO SEM BIOMETRIA PARA PARTE DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) mudou as regras para a contratação de empréstimos consignados. Desde a publicação de uma nova norma no Diário Oficial da União, beneficiários que não possuem biometria cadastrada nas bases do governo passaram a ter uma alternativa para autorizar o crédito. A mudança foi estabelecida pela Instrução Normativa nº 213, publicada em agosto de 2026. A biometria facial continua sendo utilizada como mecanismo de segurança, mas, quando não houver registro biométrico disponível, a contratação poderá ser feita por outro procedimento de validação. Como funcionará a contratação. Nos casos em que não houver biometria disponível, o beneficiário poderá autorizar a operação pelo aplicativo Meu INSS. Será necessário acessar a plataforma utilizando a conta gov.br e utilizar os dados da conta bancária na qual o benefício é recebido. A instituição financeira também deverá encaminhar ao INSS a documentação exigida para comprovar a operação. O banco terá até sete dias úteis para informar os dados referentes ao depósito do empréstimo. Caso as informações não sejam apresentadas corretamente, o Instituto poderá suspender os descontos e reter os repasses até que a situação seja regularizada. Benefícios recém-concedidos têm bloqueio. A nova regra não

significa que todos os aposentados e pensionistas poderão contratar consignado imediatamente. Os benefícios recém-concedidos permanecem bloqueados para empréstimos consignados durante os primeiros 90 dias. A medida funciona como uma proteção adicional contra fraudes e contratações indevidas logo após a concessão do benefício. Também há regras específicas para operações de portabilidade de dívidas, que continuam dependendo de autorização expressa do beneficiário. Mudança amplia acesso, mas exige atenção. A flexibilização busca atender principalmente aposentados e pensionistas que ainda não possuem cadastro biométrico nas bases oficiais e, por isso, poderiam encontrar dificuldades para acessar o crédito. Ao mesmo tempo, especialistas alertam que a retirada da biometria como única forma de validação pode aumentar a necessidade de cuidados contra golpes. Por isso, o beneficiário

deve realizar operações somente pelos canais oficiais e conferir cuidadosamente as condições do contrato antes de autorizar qualquer desconto. O consignado permite que as parcelas sejam descontadas diretamente do benefício, o que reduz o risco de inadimplência para os bancos, mas também compromete parte da renda mensal do aposentado ou pensionista. A mudança, portanto, amplia as possibilidades de acesso ao crédito, mas mantém mecanismos de controle para tentar equilibrar facilidade de contratação e proteção contra fraudes. Fonte: Folha Vitória, INSS e informações oficiais sobre a Instrução Normativa nº 213/2026.



BRASIL APOSTA MAIS DO QUE INVESTE, E NÚMEROS ACENDEM ALERTA SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O comportamento financeiro dos brasileiros mudou nos últimos anos e um dado chama atenção: as apostas online passaram a receber muito mais dinheiro do que investimentos em ações. Segundo levantamento da Anbima em parceria com o Datafolha, 17% da população declarou ter recursos em bets em 2025, enquanto apenas 2% afirmaram investir em ações. A poupança, com 22%, continua sendo o principal destino financeiro. A diferença também aparece quando são analisados os valores movimentados. Dados citados no levantamento apontam que as bets provocaram uma saída líquida de R\$ 62,5 bilhões dos orçamentos das famílias brasileiras em 2025, acima dos R\$ 20 bilhões mensais registrados no ano anterior. Milhões de brasileiros apostam. O fenômeno alcança uma parcela expressiva da população. Uma pesquisa da CNDL e do SPC indica que 39,5 milhões de brasileiros apostaram nos 12 meses anteriores ao levantamento, enquanto 7,5 milhões comprometeram parte da própria renda com os jogos. O impacto financeiro também aparece no endividamento. A CNC estima que aproximadamente 270 mil famílias entraram em situação de inadimplência severa por causa das apostas. Outro dado preocupa: 31% dos brasileiros não possuem nenhuma reserva financeira, enquanto apenas 24% afirmam ter dinheiro guardado suficiente para cobrir mais de seis meses de despesas. O cenário mostra que muitas pessoas estão recorrendo às apostas sem possuir uma



proteção financeira para situações de emergência. Copa do Mundo aumentou movimento das bets. A Copa do Mundo de 2026 ampliou ainda mais o mercado de apostas. Durante o torneio, os brasileiros enviaram R\$ 992,1 milhões para casas de apostas, segundo o indicador Placar das Bets. O número de apostadores chegou a ser três vezes maior do que em maio. O valor médio diário apostado também aumentou, passando de R\$ 188 para R\$ 245, com momentos em que a média chegou a R\$ 524 após partidas da Seleção Brasileira. Dados da Klavi, baseados em informações do Open Finance, apontaram que as apostas alcançaram 34,8% da população durante a competição. Projeções do mercado chegaram a estimar que a Copa poderia movimentar até R\$ 31 bilhões em apostas feitas por brasileiros. Aposta não é investimento. Especialistas alertam que existe uma diferença fundamental entre apostar e investir. O investimento envolve análise de risco, planejamento, objetivos e perspectiva de retorno ao longo do tempo. Já a aposta depende de eventos aleatórios e é estruturada de forma que a plataforma

tenha vantagem estatística. O levantamento citado pela reportagem aponta que a indústria de bets faturou R\$ 37 bilhões em 2025, enquanto somente 2% dos brasileiros declararam possuir investimentos em ações. Para o especialista em investimentos e professor universitário Érico Colodeti Filho, autor do artigo, o cenário demonstra a necessidade de ampliar a educação financeira. A ideia é estimular a população a

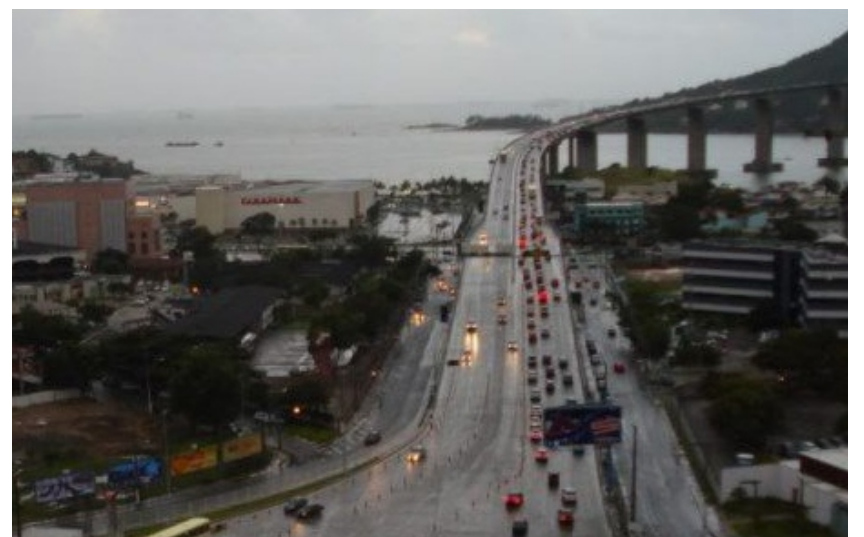
compreender conceitos como reserva de emergência, juros compostos, diversificação e riscos antes de comprometer dinheiro com apostas. Educação financeira ganha importância. Os números também revelam uma oportunidade: a Anbima estima que 23 milhões de brasileiros têm interesse em começar a investir. Transformar esse interesse em investimentos planejados, em vez de direcioná-lo para apostas, pode contribuir para uma relação mais saudável com o dinheiro. O avanço das bets, portanto, não representa apenas uma mudança nos hábitos de consumo. O fenômeno levanta questões sobre endividamento, planejamento financeiro e educação econômica, especialmente entre pessoas que buscam nas apostas uma possibilidade de ganhar dinheiro rapidamente. A principal mensagem deixada pelo cenário é que construir patrimônio depende menos de sorte e mais de conhecimento, planejamento e disciplina financeira. Fonte: Folha Vitória, com dados de Anbima/Datafolha, CNDL, SPC, CNC e demais levantamentos citados no artigo.

ESPÍRITO SANTO TEM 53 CIDADES EM ALERTA PARA TEMPESTADES E POSSIBILIDADE DE GRANIZO

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu um alerta amarelo de tempestade para 53 municípios do Espírito Santo. O aviso começa à 0h desta quarta-feira (26) e permanece válido até as 23h59 do mesmo dia. A previsão indica possibilidade de chuvas de até 50 milímetros ao longo do dia, acompanhadas de ventos intensos, com rajadas entre 40 km/h e 60 km/h, além de condições favoráveis à ocorrência de granizo. O alerta é classificado como de perigo potencial, o primeiro nível da escala de avisos meteorológicos do Inmet. Risco de alagamentos e quedas de árvores. Apesar de o nível de perigo ser considerado baixo, as condições meteorológicas podem provocar alagamentos, queda de galhos de árvores, danos em plantações e interrupções no fornecimento de energia elétrica em alguns pontos. A instabilidade está associada à atuação de sistemas atmosféricos que favorecem a formação de áreas de chuva e tempestades no

Sudeste. O próprio Inmet aponta que a passagem de um cavado — uma área alongada de baixa pressão em níveis médios e altos da atmosfera — contribui para organizar áreas de instabilidade na região. Alerta concentra-se no Centro e Sul do Estado. O aviso abrange municípios localizados principalmente nas regiões Centro e Sul do Espírito Santo. A relação inclui cidades como Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Castelo, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e outras localidades. A recomendação é que os moradores acompanhem as atualizações dos órgãos oficiais, principalmente durante os períodos de maior instabilidade. Cuidados durante as tempestades. Durante a ocorrência de raios, ventos fortes e granizo, a orientação é procurar um local seguro e evitar permanecer próximo a árvores, estruturas metálicas, placas e outros objetos que possam cair. Motoristas também

devem redobrar a atenção em trechos sujeitos a alagamentos e evitar atravessar áreas com grande volume de água. O alerta reforça a necessidade de atenção da população capixaba diante da mudança nas condições do tempo. Como os avisos meteorológicos podem ser atualizados ou ampliados, é importante acompanhar as informações divulgadas pelo Inmet e pela Defesa Civil. Fonte: Folha Vitória e Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).



ELEIÇÕES 2026: DISPUTA NO ESPÍRITO SANTO REÚNE CANDIDATOS DE 21 A 87 ANOS

As eleições de 2026 no Espírito Santo colocam lado a lado diferentes gerações da política capixaba. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os candidatos que disputam cargos eletivos no Estado têm idades que vão de 21 a 87 anos, mostrando uma diferença de 66 anos entre o concorrente mais jovem e o mais velho. O candidato mais jovem é Gabriel Costa, de 21 anos.



Gabriel Costa e Doutor Hércules são os candidatos mais jovem e mais velho no Estado (Fotos: Ana Carolina Domingos e Divulgação / Câmara de Vereadores de Vila Velha)

Estudante do quinto período de Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), ele disputa uma vaga de deputado federal pelo partido Unidade Popular (UP). Gabriel ingressou oficialmente no partido em 2026, mas sua participação política começou ainda na adolescência. Segundo o próprio candidato, ele participa de movimentos estudantis e mobilizações ligadas à UP desde os 17 anos. Entre as bandeiras defendidas estão o fim da escala 6x1, o aumento do salário mínimo e medidas de combate às apostas online. Na outra ponta está Doutor Hércules, de 87 anos, candidato a deputado estadual pelo Progressistas (PP). O político possui uma longa trajetória na vida pública capixaba e busca retornar à Assembleia Legislativa. Hércules entrou na política pela primeira vez em 1971, quando foi eleito vereador em Cachoeiro de

Itapemirim, aos 32 anos. Na época, trabalhava como motorista de ambulância e o mandato parlamentar não era remunerado. Depois de deixar a política para estudar, formou-se em Direito e Medicina e retornou à vida pública em 1989, como vereador em Vila Velha. Desde então, acumulou outros nove mandatos, incluindo quatro períodos como deputado estadual. Atualmente vereador em Vila Velha, o candidato afirma que pretende voltar à Assembleia para atuar principalmente nas áreas de saúde e inclusão de pessoas com deficiência. Senado também tem diferença de gerações. A disputa pelas duas vagas do Espírito Santo no Senado também apresenta uma diferença significativa de idade. A candidata mais jovem é Maguinha Malta (PL), de 43 anos. Já a mais velha é Rose de Freitas (MDB), que tem 77 anos.



Entre os 11 candidatos ao Senado, as faixas de 50 a 54, 55 a 59 e 60 a 64 anos reúnem dois concorrentes cada. Governo reúne candidatos de 35 a 63 anos. Na corrida pelo Governo do Espírito Santo, a diferença também é expressiva. O candidato mais jovem é Rafael Demuner (UP), de 35 anos, enquanto Ricardo Ferraço (MDB), de 63 anos, aparece como o mais velho entre os

concorrentes. Também disputam o cargo Breno Barcelos, de 41 anos; Lorenzo Pazolini, de 44; e Helder Salomão, de 62 anos. Faixa etária mais comum. Apesar da grande diferença entre os extremos, a maior concentração de candidaturas no Espírito Santo está entre os candidatos de 45 a 49 anos, faixa que reúne 107 registros, equivalente a 18,26% do total. Em seguida aparecem os candidatos de 40 a 44 anos, com 89 registros, ou 15,19%. Os números mostram que as eleições capixabas de 2026 reúnem uma combinação de experiência política e renovação, com candidatos jovens entrando na disputa pela primeira vez ao lado de políticos que acumulam décadas de atuação pública.

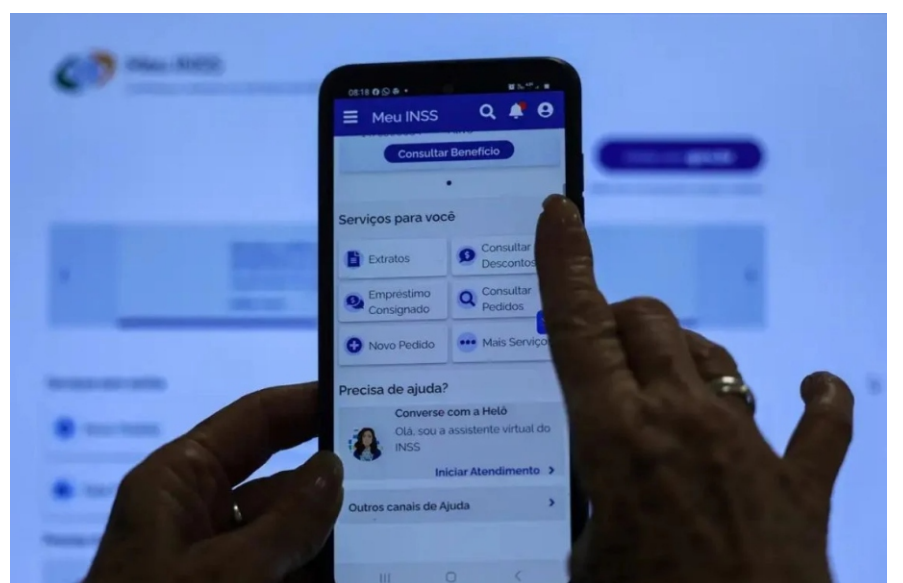
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Folha Vitória.

PF PRENDE 25 SUSPEITOS EM OPERAÇÃO CONTRA FRAUDE DE R\$ 86 MILHÕES NO INSS

A Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (25) uma operação para desarticular uma organização suspeita de fraudar benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Minas Gerais e no Espírito Santo. Batizada de Operação Leste do Espinhaço, a ação investiga um esquema que teria provocado prejuízo superior a R\$ 86 milhões aos cofres públicos. Ao todo, a Justiça Federal autorizou o cumprimento de 91 medidas judiciais, sendo 25 mandados de prisão preventiva, 33 de busca e apreensão e 33 medidas para bloqueio e sequestro de bens. As ações ocorreram em nove municípios de Minas Gerais e em São Gabriel da Palha, no Noroeste do Espírito Santo. Grupo criava beneficiários fictícios. Segundo as investigações, os suspeitos utilizavam documentos falsificados para criar pessoas que não existiam e, posteriormente, solicitar benefícios previdenciários em nome desses personagens fictícios. Entre os documentos que teriam sido fraudados estão certidões de nascimento, documentos de identidade e comprovantes de residência. A maior parte das irregularidades estaria relacionada a benefícios destinados a idosos de baixa renda. A investigação identificou 457 benefícios previdenciários considerados fraudulentos, dos quais 240

ainda estavam ativos quando a operação foi realizada. Com a suspensão dos pagamentos irregulares, a estimativa é de uma economia superior a R\$ 35 milhões aos cofres públicos. Operação também atingiu o Espírito Santo. No Espírito Santo, a operação teve como alvo o município de São Gabriel da Palha, localizado na região Noroeste do Estado. A cidade foi incluída entre os locais onde foram cumpridas determinações judiciais. Em Minas Gerais, as ações ocorreram em Ipatinga, Timóteo, João Monlevade, Ipaba, Belo Oriente, Matozinhos, Ribeirão das Neves, Engenheiro Caldas e São João do Manteninha. A operação foi realizada pela Polícia Federal em conjunto com a Coordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP), do Ministério da Previdência Social. Segundo os órgãos envolvidos, a investigação começou a partir da identificação de padrões suspeitos em benefícios previdenciários. Investigação aponta atuação organizada. Os envolvidos poderão responder pelos crimes de estelionato qualificado e associação criminosa. As investigações continuam para esclarecer toda a estrutura do grupo, identificar

outros possíveis participantes e buscar a recuperação dos recursos que teriam sido desviados. De acordo com o Ministério da Previdência Social, a Operação Leste do Espinhaço está entre as maiores ações realizadas pela Força-Tarefa Previdenciária em seus 26 anos de atuação. O caso chama atenção para o impacto das fraudes contra o sistema previdenciário, especialmente quando envolvem benefícios destinados à população de baixa renda. Além do prejuízo financeiro direto, esquemas desse tipo podem comprometer recursos que deveriam ser destinados a pessoas que dependem da Previdência Social. Fonte: Folha Vitória, Polícia Federal e Ministério da Previdência Social.



ANVISA CANCELA REGISTRO DO ELEVIDYS, TERAPIA GENÉTICA MILIONÁRIA PARA DOENÇA RARA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) cancelou o registro condicional do Elevidys, terapia gênica utilizada no tratamento da distrofia muscular de Duchenne (DMD), uma doença genética rara que provoca perda progressiva da força muscular. A decisão foi publicada na segunda-feira (24) e ocorreu a pedido da própria fabricante, a Roche. O medicamento ganhou notoriedade pelo custo extremamente elevado: uma única aplicação podia chegar a cerca de R\$ 17 milhões, segundo a reportagem da Folha Vitória. Outras fontes recentes apontam valores próximos de R\$ 20 milhões, dependendo das condições de aquisição. Registro já estava suspenso. O Elevidys recebeu no Brasil um registro condicional em dezembro de 2024, modalidade utilizada para permitir o acesso a terapias inovadoras enquanto a fabricante continua apresentando informações complementares sobre segurança e eficácia. O medicamento foi autorizado para um grupo específico de pacientes com DMD, incluindo crianças de 4 a 7 anos que ainda conseguem caminhar, seguindo critérios clínicos e laboratoriais. Em julho de 2025, porém, a Anvisa determinou a suspensão temporária da comercialização e do uso do produto no país. A medida ocorreu após o



surgimento de informações internacionais sobre casos graves de insuficiência hepática aguda associados ao tratamento e a terapias gênicas que utilizam plataformas semelhantes. Falta de dados levou ao cancelamento. Segundo a Anvisa, os dados disponíveis até o momento não foram suficientes para atender aos requisitos regulatórios necessários para manter o registro condicional do medicamento. Com isso, o registro foi cancelado e o produto não poderá ser comercializado regularmente no Brasil sob aquele registro. A agência ressalta, entretanto, que o cancelamento não encerra as responsabilidades da Roche em relação aos pacientes que já receberam o Elevidys. A empresa continuará obrigada a acompanhar essas pessoas, monitorar possíveis eventos adversos e comunicar as informações relevantes à Anvisa. No Brasil, pacientes

receberam o medicamento entre dezembro de 2024 e julho de 2025, período em que o produto esteve autorizado e posteriormente suspenso. Decisão envolve uma doença grave e rara. A distrofia muscular de Duchenne é uma doença genética progressiva que afeta principalmente meninos e compromete gradualmente os músculos. Por se tratar de uma condição rara e grave, o Elevidys havia recebido uma autorização excepcional, justamente diante da necessidade de novas alternativas terapêuticas. A decisão da Anvisa evidencia o desafio envolvendo terapias avançadas: mesmo quando um tratamento representa uma possibilidade para pacientes com doenças graves, a manutenção de sua autorização depende da avaliação contínua dos benefícios, riscos e novas evidências científicas. A Roche informou que pretende continuar desenvolvendo o programa clínico do Elevidys e apresentar novas evidências que possam contribuir para futuras avaliações regulatórias. A Anvisa, por sua vez, afirmou que poderá analisar novas solicitações da empresa caso sejam apresentados dados adicionais que atendam às exigências vigentes. Fonte: Folha Vitória e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

ESPÍRITO SANTO RECEBE R\$ 1,53 MILHÃO PARA AÇÕES ESPORTIVAS NO SISTEMA PRISIONAL

O deputado estadual Capitão Assumção (PL) pretende disputar a reeleição em 2026 mesmo sob medidas cautelares determinadas pela Justiça. O parlamentar deverá iniciar a campanha utilizando tornozeleira eletrônica, com parte do salário retida, bens bloqueados e restrições para deixar o Espírito Santo. Assumção é o único entre os candidatos do PL no Espírito Santo que não teve as medidas cautelares revogadas recentemente pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Em agosto, o ministro retirou as tornozeleiras de seus correligionários Armandinho Fontoura, Pastor Fabiano e Carlos Von, que também são candidatos nas eleições deste ano. Deputado decidiu não recorrer. Segundo a reportagem, Assumção optou por não apresentar um novo pedido ao STF para tentar retirar a tornozeleira ou suspender as demais restrições. A decisão foi tomada em conjunto com sua defesa. O deputado afirmou que, em uma tentativa anterior de retirar o equipamento, as medidas contra ele foram agravadas. Na ocasião, segundo o parlamentar, a multa diária relacionada às publicações nas redes sociais teria aumentado de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil, além do bloqueio de bens. Por

esse motivo, ele decidiu não fazer um novo requerimento durante a campanha. A defesa também avalia que um novo pedido poderia trazer consequências desfavoráveis ao parlamentar. As medidas cautelares permanecem em vigor enquanto não houver nova decisão judicial. Restrições continuam durante a campanha. Além da tornozeleira eletrônica, Assumção está impedido de deixar o Espírito Santo e precisa comunicar quando se desloca pelo Estado próximo às divisas. O parlamentar também possui parte do salário retida e bens bloqueados. Segundo a reportagem, há um desconto de aproximadamente R\$ 10,4 mil registrado em sua folha de pagamento, embora o deputado não tenha informado o valor do salário retido nem detalhado quais bens foram bloqueados. As redes sociais do deputado, por outro lado, foram liberadas em agosto de 2025. Investigação e histórico das medidas. As restrições estão relacionadas a uma investigação conduzida pelo STF. Em dezembro de 2022, Assumção foi alvo de uma operação da Polícia Federal juntamente com outros políticos capixabas, no âmbito do chamado Inquérito das Fake News. A tornozeleira eletrônica completa quatro anos em dezembro de 2026. Em fevereiro de 2024, o deputado chegou a ser preso

por determinação de Alexandre de Moraes após ser acusado de descumprir medidas cautelares relacionadas ao uso de redes sociais. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo posteriormente decidiu revogar a prisão, e ele foi colocado em liberdade, permanecendo submetido a outras restrições. Enquanto isso, os demais candidatos do PL que estavam submetidos às mesmas medidas conseguiram decisões favoráveis à retirada das tornozeleiras. A diferença nas situações coloca Assumção em uma condição eleitoral particular: ele deverá percorrer o Estado em campanha enquanto permanece submetido às restrições judiciais. Fonte: Folha Vitória, A Gazeta e informações públicas sobre as decisões judiciais.



GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO APLICA MULTA DE R\$ 1,3 MILHÃO A EMPRESA POR COBRANÇA IRREGULAR EM ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS

O Governo do Espírito Santo aplicou uma multa administrativa de R\$ 1.327.149,36 à empresa Link Card Administradora de Benefícios Ltda., responsável pela gestão do abastecimento de combustível da frota de veículos oficiais do Estado. A punição foi aplicada após uma investigação apontar que a empresa teria permitido a cobrança de valores superiores aos registrados nas bombas dos postos credenciados. As irregularidades ocorreram em 2018, durante a execução de um contrato firmado com a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger). Cobranças chegavam a até 7%. Segundo a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont), a empresa cobrava dos postos credenciados taxas que variavam entre 4,5% e 7%. Esses valores, conforme a apuração, acabavam sendo repassados aos preços dos combustíveis pagos pelo governo. Na prática, os veículos oficiais abasteciam por valores superiores aos preços indicados nas próprias bombas dos estabelecimentos. A diferença foi identificada durante fiscalizações realizadas nos postos. O problema veio à



tona em meados de 2018, quando a Diretoria de Administração de Frota da Polícia Militar comunicou a Seger sobre a existência das cobranças diferenciadas. Posteriormente, equipes da secretaria realizaram visitas aos estabelecimentos e constatarem a prática. Contrato ultrapassava R\$ 63 milhões. O contrato entre o Governo do Espírito Santo e a Link Benefícios havia sido assinado em outubro de 2017, com duração prevista de 24 meses e valor total de R\$ 63.737.289,19. A empresa atuava como responsável pela administração da rede credenciada, centralização das operações e gerenciamento do fluxo financeiro relacionado ao abastecimento da frota estadual. De acordo com a decisão do

Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), a empresa não teria utilizado os mecanismos necessários para impedir a continuidade das irregularidades. A investigação concluiu pela ocorrência de fraude na execução do contrato administrativo e manipulação ou fraude do equilíbrio econômico-financeiro contratual, com aplicação das regras previstas na Lei Anticorrupção. Decisão ainda pode ser contestada. Apesar da aplicação da multa, a decisão ainda pode ser alvo de recurso administrativo. Até a publicação da reportagem original, a empresa Link Benefícios não havia se manifestado sobre a decisão. O caso reforça a importância dos mecanismos de fiscalização e controle sobre contratos públicos, especialmente aqueles que envolvem grandes volumes de recursos e serviços utilizados diariamente pela administração estadual.

Fonte: Folha Vitória, com informações da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont).

ELEIÇÕES 2026: POR QUE TRÊS FOTOS VÃO APARECER NA URNA NA VOTAÇÃO PARA SENADOR?



Quem for votar para o Senado nas Eleições 2026 poderá encontrar uma diferença em relação a pleitos anteriores: a urna eletrônica exibirá três fotos durante cada voto para senador. A mudança está relacionada à forma como as candidaturas ao Senado são apresentadas ao eleitor. Neste ano, cada estado e o Distrito Federal elegerão dois senadores. Por isso, o eleitor terá de fazer dois votos diferentes para o Senado. No Espírito Santo, por exemplo, duas das três cadeiras do Estado estarão em disputa. Uma foto do titular e

duas dos suplentes. Em cada uma das duas votações, aparecerão na tela da urna três imagens: a do candidato titular e as dos dois suplentes que integram sua chapa. Isso significa que o eleitor não estará escolhendo três pessoas. Ao digitar o número do candidato ao Senado, o voto será destinado à chapa formada pelo titular e seus dois suplentes. Os suplentes são os nomes que podem assumir a cadeira do senador em determinadas situações. O primeiro suplente é o substituto imediato quando houver

necessidade de substituição. O segundo suplente poderá assumir caso o primeiro também não possa ocupar a vaga. A substituição pode ocorrer, por exemplo, quando o senador se afasta para exercer determinados cargos públicos, como ministro de Estado, governador, prefeito ou embaixador. Eleitor terá dois votos para o Senado. A eleição de 2026 renovará dois terços do Senado Federal, o equivalente a 54 das 81 cadeiras da Casa. Em cada estado e no Distrito Federal serão escolhidos dois senadores. O sistema utilizado é o majoritário: os dois candidatos mais votados em cada unidade da Federação serão eleitos para mandatos de oito anos. Cada senador eleito terá dois suplentes. Na prática, o eleitor deverá repetir o procedimento duas vezes: escolher o primeiro candidato ao Senado, confirmar o voto e, posteriormente, escolher um segundo candidato diferente. Atenção na hora de votar. A presença das três fotos na tela não representa seis escolhas ao longo da votação. Serão dois votos para o cargo de senador, e cada voto estará associado a uma chapa composta por um titular e dois suplentes. A Justiça Eleitoral recomenda que o eleitor esteja atento aos números e confira as informações apresentadas na tela antes de confirmar cada voto. O primeiro turno das Eleições 2026 está marcado para 4 de outubro. Fonte: Folha Vitória e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

JUSTIÇA CONFIRMA FALÊNCIA DA OI E ENCERRA NOVA TENTATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Justiça do Rio de Janeiro confirmou, por decisão unânime, a falência da Oi. O julgamento foi realizado nesta terça-feira (25) pela Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que rejeitou recursos apresentados pelos bancos Bradesco e Itaú contra a decretação da quebra da companhia. A falência havia sido decretada inicialmente em



Claro, TIM e Vivo, enquanto a infraestrutura de fibra óptica deu origem à V.tal. A Oi também deixou de atuar como concessionária de telefonia fixa em 2024. Mesmo com a falência confirmada, os serviços de telecomunicações não serão simplesmente interrompidos. A Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel) informou que trabalha para garantir a continuidade dos serviços essenciais durante o período de transição e a transferência organizada das operações que ainda estão sob responsabilidade da empresa. A decisão também terá impacto sobre milhares de credores. No início do ano, o processo reunia mais de 164 mil credores, incluindo mais de 8 mil trabalhadores e mais de 4 mil microempresas. A Justiça deverá atualizar esses números ao longo do processo de falência. Com a nova etapa, a prioridade passa a ser a organização dos ativos restantes da companhia e a definição dos procedimentos para pagamento dos credores. O advogado Bruno Rezende foi nomeado administrador judicial, enquanto Adriano Pinto Machado atuará como observador judicial. A queda da Oi representa o encerramento de uma das maiores histórias de crise empresarial do país. Depois de anos de recuperação judicial, venda de ativos e tentativas de reorganização financeira, a companhia não conseguiu recuperar a capacidade econômica necessária para permanecer sustentável.

novembro de 2025, mas ficou suspensa após os recursos apresentados pelas instituições financeiras. Com a nova decisão, o entendimento da Justiça de primeira instância foi restabelecido e o processo de recuperação judicial da operadora chega ao fim. Entre os principais motivos apontados pelos desembargadores estão o descumprimento de obrigações previstas no plano de recuperação judicial, atrasos em pagamentos e a falta de capacidade da empresa de gerar receitas suficientes para sustentar suas operações. Segundo a avaliação da Corte, grande parte dos recursos obtidos pela Oi vinha da venda de ativos, e não da atividade operacional. A crise financeira da companhia se arrasta há anos. Em 2016, a Oi entrou em sua primeira recuperação judicial, com aproximadamente R\$ 65 bilhões em dívidas. Após concluir aquele processo em 2022, a empresa voltou a recorrer à Justiça em 2023, desta vez declarando débitos de cerca de R\$ 44 bilhões. Durante as tentativas de reestruturação, a companhia vendeu importantes ativos e reduziu significativamente sua operação. A telefonia móvel foi negociada com

IDAF

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ORGÃO/ENTIDADE DO ESPÍRITO SANTO EM 27/08/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº **012/2026**
Órgão/Entidade: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – Idaf.
Processo Nº: **2025-STP7J**
IDCidades/TCEES: **2026.500E0100012.01.0006**
Objeto: **Aquisição de equipamentos eletrônicos para readequação de estrutura laboratorial.**
Valor Máximo admitidos:
Grupo 1: **R\$ 4.257,00**
Grupo 2: **R\$ R\$ 21.033,58**
Grupo 3: **R\$ R\$ 77.642,00**
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia **16/09/2026**, às **10h**.
O certame será realizado por meio do Sistema de Compras do Governo do Estado do Espírito Santo <https://portalsiades.es.gov.br/>, estando o edital disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço: www.compras.es.gov.br.
Os interessados em participar da licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES Contato: cpl@idaf.es.gov.br.
Vitória, 25 de agosto de 2026.
Dalmo Rocha Freitas Sobrinho
Pregoeiro/Idaf

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº **011/2026**
Órgão/Entidade: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – Idaf.
Processo Nº: **2026-943MQ**
IDCidades/TCEES: **2026.500E0100012.01.0007**
Objeto: **Aquisição de medicamentos de uso veterinário.**
Valor Máximo admitidos:
Grupo 1: **R\$ 59.238,50**
Grupo 2: **R\$ 8.745,00**
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia **17/09/2026**, às **10h**.
O certame será realizado por meio do Sistema de Compras do Governo do Estado do Espírito Santo <https://portalsiades.es.gov.br/>, estando o edital disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço: www.compras.es.gov.br.
Os interessados em participar da licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES Contato: cpl@idaf.es.gov.br.
Vitória, 26 de agosto de 2026.
Dalmo Rocha Freitas Sobrinho
Pregoeiro/Idaf



Tel.: (27) 99991-9614

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira

Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL
Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35